

UM TEXTO EM QUESTÃO

Maria de Lourdes Melo Prais*

(Tentativa de leitura do texto: "Progressismo e Conservadorismo. Questões sobre a Universidade").

Roberto Romano, filósofo atual e professor da Unicamp, em seu texto "Progressismo e Conservadorismo. Questões sobre a Universidade" (In: Educação e Sociedade n^o 13), discute a questão do intelectual hoje e, conseqüentemente, as questões: universidade e sociedade, ciência e poder, conhecimento objetivo e verdade científica, partindo da aproximação do momento histórico brasileiro, pós-64, com os ideais da Revolução Francesa, de pretensa igualdade.

Neste artigo, pretendemos fazer uma leitura das colocações do autor e levantar algumas questões que, posteriormente, poderão alimentar um debate, já que, sem dúvida, consideramos que o texto discute "aporias" muito pertinentes ao atual momento da vida universitária.

O Texto e suas Questões

Para discutir a questão do progressismo e conservadorismo na Universidade, Roberto Romano começa com uma citação de Condorcet que,

aparentemente, defende a igualdade de condições, mas que acaba por admitir uma desigualdade útil ao interesse de todos.

"Haverá lugares na terra, onde a natureza condenou seus habitantes a nunca gozar a liberdade, nunca exercer sua razão?

Esta diferença de luzes, meios ou riquezas, até hoje observada em todos os povos civilizados entre as diferentes classes que compõem cada um deles; esta desigualdade, que foi aumentada pelos primeiros progressos da sociedade, ou, por assim dizer, foi produzida por eles, é devida à própria civilização, ou às imperfeições atuais da arte social? Deve ela se enfraquecer continuamente para ceder lugar a esta igualdade de fato, último alvo da arte social, que, diminuindo até os efeitos da diferença natural das faculdades, só deixa subsistir uma desigualdade útil ao interesse de todos, porque favorecerá o progresso da civilização, da instrução, da indústria, sem causar nem dependência, nem humilhação, nem empobrecimento; numa palavra, os homens se aproximarão deste estado em que todos terão as luzes necessárias para se conduzir segundo sua própria razão nos afazeres comuns da vida, e mantê-la isenta dos preconceitos, para bem

* Professora do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica da Universidade Federal de Uberlândia.

conhecer seus direitos e exercê-los segundo sua opinião e sua consciência; onde todos poderão, pelo desenvolvimento de suas faculdades, obter meios seguros para prover as suas necessidades; onde, enfim, a estupidez e a miséria serão apenas acidentes, e não o estado habitual de uma porção da sociedade?" (Condorcet, *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'Esprit Humain*. 1974, ed. Vrin, p. 204-205).

Romano, embora reconhecendo ser o momento atual bastante distante de Condorcet, acredita que o mesmo suscita questões semelhantes às daquela época, como, por exemplo, as questões da igualdade, da democratização do saber etc. Questões estas que se acentuam após a situação repressora pós-64, e que exigem do intelectual um posicionamento, uma vez que as suas soluções não resultam de um encaminhamento natural. Entre estas, situa-se a questão da teoria e do lugar da universidade na vida social brasileira. O autor situa essa questão a partir da política educacional pós-64, que ele concretiza como privatizante, de saber comprometido, exigindo a expulsão da pesquisa do espaço universitário e impedindo o intercâmbio cultural com outros países.

Esta política, de acordo com Romano, reflete a misologia do poder, evidenciada com a busca ao "subversivo" Sófocles, as apreensões dos dicionários de capa vermelha, as marchas da família com Deus pela liberdade e a demonologia construída em torno da figura do intelectual. Entretanto, todo

este obscurantismo, esta misologia do poder foi atacada pela oposição que resistiu, conseguindo reintroduzir nos currículos disciplinas de caráter crítico e a consulta a autores antes banidos das livrarias.

Mas, segundo o articulista, o antiintelectualismo – que apenas mostrou sua face mais notória nos vinte e um anos de militarismo – é um fenômeno enraizado em nossa história e, portanto, deixa marcas profundas em nossa cultura. Foram cem anos de produção antiintelectual imposta pelo Estado, apoiada pela Igreja conservadora e alimentada pelos representantes da classe média. O pior dessa situação, segundo o autor, é que essa aversão ao saber atingiu também o discurso das oposições. Assim, o conservadorismo passa a ser a fala comum da direita e da esquerda; ambas decretam o fim da investigação científica, da experiência cautelosa e da teoria, em nome da eficácia prática imediata.

Este antiintelectualismo das oposições acaba por questionar a validade da universidade burguesa, propondo transformá-la, para que se torne instrumento das classes dominadas. Diante disso, o autor levanta alguns questionamentos: Quem seria o responsável pela seleção dos conteúdos úteis à classe dominada? Com base em que critérios essa seleção seria feita? Seria possível erradicar todas as disciplinas existentes, sob o rótulo de disciplinas burguesas? Além disso, o autor pergunta se seria possível a construção de um saber novo. E, sendo isso possível, se não estaríamos no impasse de cair-

mos nas experiências totalitárias existentes, de direita ou de esquerda.

Segundo o autor, os propositores desta mudança se defenderiam dizendo que o problema não é de construção de um saber novo, mas de triagem do já existente. Romano levanta então a questão sobre quem faria esta triagem, uma vez que o próprio intelectual interessado no fim da universidade burguesa é membro resultante dessa mesma universidade.

Para o autor, o fenômeno do anti-intelectualismo causa conseqüências tão drásticas que, muitas vezes, torna-se impossível a recuperação do mal por ele causado, como, por exemplo, a queima de livros de Marx, Freud e Mann na Alemanha, atitude que anunciava os futuros fornos nazistas. Assim, o intelectual antielitista, ao lutar contra a universidade burguesa em nome do povo, na realidade está desarmando este mesmo povo para uma possível luta social, na medida em que o impede de dominar o saber socialmente legitimado. Diante dessa constatação, Romano lança o seguinte questionamento: "Como provocar uma mudança social, desconhecendo o saber que historicamente sustenta a sociedade?"

Em seguida, o autor coloca a situação constrangedora do intelectual de hoje. Se, por um lado, ele é patrulhado pelo poder que controla a sua produção a ponto de transformá-la unicamente em produção de mercado, por outro lado ele passa a ser policiado por outros intelectuais, que, dizendo falar em nome do povo, fazem a apologia do não saber.

A conseqüência desse último fato (policiamento entre pares), explica Romano, é a cisão entre os intelectuais: os bons (aqueles que falam as palavras de ordem) e os maus (aqueles que procuram o fundamento empírico e lógico dos enunciados postos como "evidentes"). Cisão esta que separa de um lado os dogmáticos, não questionadores, que aceitam explicações baseadas em autoridades e, de outro lado, os pesquisadores – cientistas que estão em busca da verdade. O mais agravante é que as oposições, ao criticarem o acadêmismo em nome de uma universidade antiburguesa, acabam por endossar a política oficial, desprezando a produção científica, em todos os campos da vida intelectual.

Romano, utilizando-se de reflexões de Mann, Nietzsche e Jan Kott mostra como as lógicas progressista e conservadora acham-se, muitas vezes, imbricadas, quando ambas se sustentam na desconfiança da razão. De tal forma isso é evidente que, algumas vezes, os discursos progressistas servem a declarados interesses da classe dominante. Em tal caso, sem dúvida, aponta Romano, se enquadra a proposta progressista da destruição da universidade burguesa.

Mas, diante disso, o autor alerta para o fato de que, se, por um lado, a universidade é efetivamente marcada pelo espírito burguês (considerado por muitos como mau), por outro lado, ela oferece bases mínimas para a luta contra a ideologia hegemônica. E acrescenta o fato de que, independente de a universidade existir ou não a classe dominante possui os seus próprios me-

canismos de reprodução de seus quadros. Portanto, acabar com a universidade em nome de um certo antielitismo é esquecer-se da realidade.

Para Romano, no pensamento universitário se entrecruzam posições progressistas e conservadoras, sendo difícil separá-las, uma vez que no fundo elas são duas faces do saber burguês e, portanto, ambas conservadoras, embora uma se apresente sob a aparência de revolucionária. No fundo, diz ele, o que não se resolveu ainda é a clássica questão de se reconhecer: qual o começo do saber? Ou qual o critério de verdade: a teoria ou a prática?

Segundo ele, diante desse impasse, encontrado na universidade, entre conservadores e progressistas, teoria e prática, bem e mal, seria mais radical rejeitar a escolha, pois, assim, estaríamos dentro da lógica Hegeliana da coexistência da contradição, que transcende a escolha de "isso ou aquilo". Logo, para o autor, a universidade, mesmo com suas contradições, deverá permanecer. "Pretender destruí-la ou transformá-la em mero instrumento de ação política é colaborar com a ironia de príncipe".

A Leitura do Texto

Na tentativa de compreendermos as colocações de Romano, consideramos que o autor, basicamente, centrou suas análises na questão do intelectual que, em nome de um antielitismo, através da crítica à escola "burguesa", faz, maquiavelicamente, o jogo do dominante, pois ocupa e explora um espaço

(de domínio do saber) o qual nega àqueles de que se propõe defensor: os dominados.

O autor defende esta tese central, ao longo do encadeamento de algumas idéias subsidiárias:

- 1 – O conservadorismo, em momentos de crise, apela para a repressão violenta. Radicaliza-se então, e, de modo especial, adota medidas de contenção da disseminação do conhecimento.
- 2 – No Brasil, principalmente a partir de 1964, o Estado eliminou suas preocupações com os serviços públicos, dando preferência aos particulares, em nome da coerência a uma lógica e a um tipo de saber: o manejo puramente técnico da ciência já constituída em outras culturas. Com isso, houve uma grande repressão à produção intelectual nesse período. Tal situação, considerada por Romano "misologia do poder", imposta num dia do momento, surte muito maior efeito pelo fato de que encontra raízes profundas ao longo de toda uma história social e política (positivismo republicano e visão romântica da história).
- 3 – Por sua vez, as oposições também tomaram partido contra a universidade, acoimando-a de "burguesa" e, portanto, má; apregoando a necessidade de eliminá-la em nome de uma universidade proletária, em nome de uma universidade de oprimidos. Diz a oposição:

"É preciso separar o joio do trigo, os elementos burgueses dos elementos proletários"! Mas pergunta-se: quem fará a eliminação? O que eliminar? Em nome de quem? Talvez fosse preciso inaugurar uma forma de saber ainda desconhecida! Mas, sabemos, eliminar a universidade burguesa em nome de uma abstração – o povo – e propalar a incompetência como solução é desarmar o próprio povo. Portanto, a oposição também é misóloga.

- 4 – O discurso conservador apresenta-se sob a máscara de progressista (em defesa do povo) e as oposições progressistas operam com lógica conservadora. Nem um nem outra admitem a contradição e exigem, sempre, uma escolha. Ora, estabelecer como critério de escolha o bom e o mau é radicalismo tradicional. Ou seja, destruir a universidade "burguesa" porque é má e implantar a universidade proletária porque é boa são posições radicais, como observa Nietzsche.
- 5 – De nada serviria a destruição da universidade burguesa, já que a classe dominante tem seus próprios mecanismos formadores do seu quadro (Escola Superior de Guerra, Escolas Profissionais e Instituições Empresariais). Portanto, a destruição da universidade burguesa e o surgimento da universidade proletária (se possível)

não alteraria a essência de relações de domínio.

- 6 – Observando os vários discursos imperantes na sociedade, vemos que a Universidade é quem ainda tem condições de oferecer a base mínima para a luta contra a ideologia hegemônica. Portanto, permanecer na universidade pretendendo destruí-la, ou transformá-la em mero instrumento de ação política, é "colaborar com a ironia do príncipe".
- 7 – O autor demonstra como o intelectual repete o autoritarismo que critica, ora arvorando-se em defensor do dominado, que não é, sem a delegação deste; ora tornando-se policial de seus pares; ora incentivando a formação de "séquitos" dos que se consideram verdadeiros revolucionários etc. Enfim, toda a demonstração que faz desemboca na constatação de que o intelectual brasileiro tem sido um desmobilizador.
- 8 – Ao caracterizar a política educacional adotada pelo Estado pós-64, o autor mostra como essa política consegue manipular suas oposições, fazendo que essas, embora apresentando um discurso progressista, façam o jogo do poder.
- 9 – Finalmente, o autor aponta a pluralidade como resposta e considera o unilateralismo como incapacidade

de, ou melhor, como impotência diante do existente.

Do acima exposto, deduz-se que o autor do texto condena os critérios radicais de bem ou mal; afirma que a destruição da universidade burguesa pouco alteraria as relações de domínio; acredita que a criação de uma universidade proletária seria muito difícil, senão impossível e admite a objetividade do conhecimento. Logo, de acordo com ele, concluímos que: a) há necessidade de se conciliar a existência da universidade burguesa com a presença de elementos da proletária; b) a universidade atual oferece as condições mínimas para a luta contra a ideologia hegemônica; c) tal posição não é necessariamente imobilista, mas dialética.

Se bem entendemos, o autor alinhavou estas idéias criticando severamente o intelectual que emergiu no momento histórico que estamos vivendo e procura isentar a verdade, a ciência (o que, por definição, constitui o significado da universidade) da situação de mero instrumento de ação política.

Devemos, pois, segundo o autor, lutar pela manutenção da universidade como baluarte contra a incompetência aliada ao poder, mantendo vivo o processo dialético sem cair em radicalismos.

Mas questionamos:

Quando a universidade se apresentou com um discurso universalizante que não aproveitasse a uma ideologia? • É possível à universidade não ser "o mais alto grau de consciência possível de uma classe?" • Como ideal estética e eticamente válido, o universal na universidade não esconde um liberalismo romântico? • O autor acredita mesmo que a universidade atual fornece reais condições de luta contra a ideologia hegemônica? • A aceitação da universidade tal qual ela se apresenta não levará à conseqüente aceitação de manutenção do "status quo", onde está presente a relação de domínio de uma classe misóloga? • Será possível a ascensão do povo dentro do esquema proposto pelo autor?